



## **CURSO**

**ASSESSORIA JURÍDICA E CONTROLE INTERNO  
NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ANÁLISE  
CRÍTICA COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL  
APLICADA**

# ASSESSORIA JURÍDICA E CONTROLE INTERNO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ANÁLISE CRÍTICA COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA

*Análise crítica e Inteligência Artificial aplicadas à atuação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno*

## Apresentação

As contratações públicas mudaram profundamente nas últimas três décadas — e, com elas, mudou a forma de exercer o controle. Nos primeiros anos de vigência da Lei nº 8.666/1993, a análise jurídica e a atuação dos órgãos de controle eram marcadas por uma abordagem predominantemente formal, concentrada na verificação do cumprimento de requisitos e procedimentos. A evolução da doutrina, da jurisprudência e das práticas de controle deslocou progressivamente essa perspectiva para uma atuação mais substantiva, preocupada com a prevenção de desvios, inconsistências e irregularidades e com os resultados produzidos pela contratação.

A Lei nº 14.133/2021 consolidou essa mudança e, ao mesmo tempo, tornou mais sofisticado o próprio processo de contratação. Estudos Técnicos Preliminares, análises de riscos, pesquisas de preços, termos de referência e outros artefatos passaram a reunir informações técnicas, econômicas e jurídicas que precisam ser compreendidas de maneira integrada. Paralelamente, o avanço da tecnologia e a crescente especialização dos objetos contratados tornaram muitos contratos mais

complexos e, por consequência, também os documentos que fundamentam sua celebração e execução.

Essa transformação aumentou as exigências sobre quem exerce a análise jurídica e o controle das contratações. Já não basta verificar a presença de documentos, reproduzir entendimentos consolidados ou confrontar isoladamente cláusulas e dispositivos legais. É preciso compreender o objeto, estabelecer relações entre diferentes artefatos, identificar contradições, avaliar a consistência das justificativas apresentadas, reconhecer riscos e distinguir falhas meramente formais de problemas capazes de comprometer a legalidade e os resultados da contratação.

É justamente nesse ambiente de crescente complexidade que a Inteligência Artificial passa a oferecer novas possibilidades. Ferramentas de IA podem auxiliar no exame de grandes volumes de documentos, no cruzamento de informações distribuídas entre diferentes artefatos, na comparação entre processos, na identificação de inconsistências e fragilidades e na elaboração e revisão de relatórios, manifestações técnicas e pareceres jurídicos. Esse potencial, entretanto, somente se converte em ganho efetivo quando acompanhado de conhecimento sobre o funcionamento dessas ferramentas, suas limitações e seus riscos. Alucinações, perda de contexto, respostas aparentemente convincentes sem suporte documental e uso acrítico dos resultados podem introduzir novos erros justamente em atividades destinadas a preveni-los.

O Programa Avançado para Controle Interno e Análise Jurídica das Contratações Públicas com Inteligência Artificial foi concebido a partir dessa realidade. O conteúdo reúne legislação, doutrina, jurisprudência e problemas extraídos da prática administrativa, associados a demonstrações e aplicações de Inteligência Artificial diretamente relacionadas às atividades da Assessoria Jurídica e do Controle Interno.

A proposta é preparar profissionais para um modelo de controle compatível com a complexidade atual das contratações públicas. Isso significa desenvolver capacidade para compreender o processo para além de sua regularidade formal, identificar o que precisa ser investigado, formular as perguntas adequadas, confrontar criticamente documentos e justificativas e fundamentar conclusões consistentes. A Inteligência Artificial será incorporada como instrumento para ampliar essa capacidade de análise — sem substituir o conhecimento técnico, o juízo crítico e a responsabilidade institucional de quem exerce essas funções.

## Objetivos Gerais

Aperfeiçoar a atuação dos profissionais da Assessoria Jurídica e do Controle Interno nas contratações públicas, desenvolvendo competências para uma análise crítica, preventiva e tecnicamente fundamentada dos processos de contratação e de gestão contratual, com domínio dos aspectos mais relevantes da Lei nº 14.133/2021 e utilização responsável da Inteligência Artificial como instrumento de apoio à análise, identificação de fragilidades e irregularidades e elaboração de manifestações técnicas e jurídicas.

## Objetivos Gerais

Ao final do programa, espera-se que o participante esteja capacitado a:

- 1) compreender a natureza, a finalidade e os limites da atuação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno nas contratações públicas, distinguindo as competências e responsabilidades próprias de cada função;
- 2) desenvolver uma metodologia de análise que ultrapasse a conferência meramente formal dos autos e permita examinar criticamente a consistência, coerência e suficiência dos documentos e justificativas que fundamentam as decisões administrativas;
- 3) identificar falhas, inconsistências e irregularidades recorrentes nas diferentes fases da contratação, abrangendo o planejamento, a seleção do fornecedor, as contratações diretas, a gestão das Atas de Registro de Preços e a execução dos contratos;
- 4) estruturar e elaborar pareceres, relatórios e manifestações técnicas e jurídicas com adequada delimitação do objeto da análise, fundamentação consistente, tratamento das irregularidades identificadas e conclusões claras;
- 5) conhecer os fundamentos de funcionamento da Inteligência Artificial, suas principais modalidades e ferramentas, compreendendo as diferenças entre motores de busca, assistentes de IA e agentes de IA e reconhecendo suas possibilidades e limitações;
- 6) utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar o exame de processos e documentos, realizar análises comparativas, cruzar informações e auxiliar na identificação de fragilidades, inconsistências e possíveis irregularidades;

- 7) aplicar noções de engenharia de prompts para formular comandos adequados às atividades de análise jurídica e de Controle Interno, aumentando a precisão, a rastreabilidade e a utilidade das respostas obtidas;
- 8) utilizar a Inteligência Artificial como instrumento de apoio à elaboração, revisão e análise crítica de pareceres e manifestações, preservando o conhecimento técnico, o juízo crítico e a responsabilidade institucional do profissional.

## Público Alvo

Membros das Assessorias Jurídicas, Procuradorias, Auditorias e Controle Interno;

## Principais Destaques

- O novo perfil do controle nas contratações públicas

Da conferência formal à análise crítica e preventiva: natureza e limites da atuação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno, competências, segregação de funções, responsabilidades e garantias inerentes ao exercício dessas funções.

- Inteligência Artificial como instrumento de ampliação da capacidade de análise

Compreenda como a IA processa informações, suas possibilidades e limitações e como utilizar as principais ferramentas para examinar processos, comparar documentos, cruzar informações e apoiar atividades da Assessoria Jurídica e do Controle Interno.

- Identificação de irregularidades com apoio da Inteligência Artificial

Conheça as falhas e irregularidades mais recorrentes no planejamento, nas licitações e contratações diretas, na gestão das Atas de Registro de Preços e na execução dos contratos — e veja, na prática, como utilizar a IA para localizar inconsistências, contradições, omissões e outros pontos que mereçam aprofundamento da análise.

- Análise crítica dos artefatos e do processo de contratação

Aprenda a examinar a coerência entre ETP, pesquisa de preços, análise de riscos, Termo de Referência, edital, propostas, contratos e demais documentos, utilizando também a IA para realizar análises comparativas e

identificar incompatibilidades entre informações distribuídas ao longo do processo.

- Pareceres técnicos e jurídicos: da análise à construção das conclusões

Técnicas de estruturação, fundamentação e redação de pareceres e manifestações, associadas ao uso responsável da IA para organizar informações, confrontar argumentos, revisar textos e apoiar a construção de documentos mais consistentes — preservando o juízo crítico e a responsabilidade do profissional.

## Conteúdo programático

### MÓDULO I – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ASSESSORIA JURÍDICA E AO CONTROLE INTERNO

#### ▣ FUNDAMENTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

- O que é Inteligência Artificial e como ela funciona
- Como a máquina processa informações: dados, treinamento, identificação de padrões, inferências e geração de respostas
- Inteligência Artificial, aprendizado de máquina, aprendizado profundo e IA generativa
- Diferenças entre motor de busca, assistente de IA e agente de IA
- IA generativa: potencialidades e limites para atividades intelectuais complexas

#### ▣ COMO INTERAGIR PROFISSIONALMENTE COM FERRAMENTAS DE IA

- O que é um prompt e como ele interfere na qualidade da resposta
- Noções de engenharia de prompts
- Contexto, instruções, fontes e critérios de saída
- Como formular comandos para atividades de análise e controle
- Interação iterativa: refinamento, crítica e validação das respostas

#### ▣ RISCOS E CUIDADOS NO USO PROFISSIONAL DA IA

- Alucinações e produção de informações aparentemente confiáveis, mas inexistentes ou incorretas

- A chamada “preguiça” da IA e a tendência à simplificação de tarefas complexas
- Perda de contexto e inconsistências em análises extensas
- Vieses e limitações dos modelos
- Confidencialidade, proteção de dados e cautelas com documentos administrativos
- A necessidade de validação humana das respostas
- Rastreabilidade: como tornar verificáveis as informações e conclusões produzidas com auxílio da IA
- Responsabilidade profissional: a IA como instrumento de apoio, e não como substituta do juízo técnico do analista

#### ▣ **PRINCIPAIS FERRAMENTAS E SUAS APLICAÇÕES**

- Apresentação das principais ferramentas de IA generativa e suas características
- Ferramentas adequadas à pesquisa e busca de informações
- Ferramentas para leitura e análise de documentos
- Ferramentas para comparação e cruzamento de informações
- Critérios para escolha da ferramenta de acordo com a atividade a ser realizada

#### ▣ **IA NA PRÁTICA DA ASSESSORIA JURÍDICA E DO CONTROLE INTERNO**

- Leitura e análise de processos administrativos extensos
- Identificação de inconsistências, omissões e possíveis irregularidades em artefatos da contratação
- Cruzamento de informações entre ETP, Termo de Referência, pesquisa de preços, edital, propostas e contrato
- Comparação entre processos e documentos
- Pesquisa orientada de legislação, jurisprudência e referências técnicas
- Apoio à elaboração e revisão crítica de relatórios, manifestações e pareceres
- Utilização da IA como “revisor crítico” da análise realizada pelo próprio profissional
- Demonstrações práticas de aplicações que serão aprofundadas ao longo dos demais módulos

### **MÓDULO II – ASSESSORIA JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: NATUREZA, COMPETÊNCIAS, GARANTIAS E RESPONSABILIDADES**

## ▣ **NATUREZA, INVESTIDURA E GARANTIAS DA FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO**

- Natureza jurídica da função de assessoramento jurídico
- Requisitos para o exercício da função e a questão do vínculo com a OAB
- Garantias inerentes ao exercício da Advocacia Pública
- Relação entre independência técnica e subordinação hierárquica
- Relação institucional da Assessoria Jurídica com a autoridade competente
- Subordinação hierárquica do parecerista nas estruturas dos órgãos de assessoramento jurídico
- Possibilidade e limites da terceirização das atividades de assessoramento jurídico

## ▣ **COMPETÊNCIAS E LIMITES DE ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA**

- Competências gerais da Assessoria Jurídica nas contratações públicas
- Segregação de funções e incompatibilidade entre o assessoramento jurídico e o exercício de outras atribuições no processo de contratação
- Delimitação das competências da Assessoria Jurídica e do Controle Interno e possíveis zonas de sobreposição
- Dever de manifestação diante da submissão do processo ao controle prévio de legalidade previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021
- Delimitação entre análise jurídica e análise de aspectos técnicos, administrativos e econômicos da contratação

## ▣ **ESPÉCIES E NATUREZA JURÍDICA DOS PARECERES**

- Pareceres facultativos, obrigatórios, vinculantes e normativos: características e efeitos jurídicos
- Evolução do controle jurídico das contratações: do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 ao art. 53 da Lei nº 14.133/2021
- Natureza jurídica do parecer previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021 nas licitações, contratações diretas e contratos
- Natureza jurídica da manifestação prevista no art. 168, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021
- Possibilidade e limites de alteração da natureza jurídica dos pareceres por regulamentos internos, inclusive nas empresas estatais e entidades do Sistema S
- Revisão, invalidação e perda de eficácia dos pareceres jurídicos

## ▣ **RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA**

- Evolução da jurisprudência do STF sobre a responsabilidade decorrente da emissão de parecer jurídico
- Extensão da responsabilidade do parecerista e os elementos dolo e fraude
- Regime de responsabilização previsto no art. 28 da LINDB
- Caracterização do erro grosseiro e seus limites
- Jurisprudência do TCU sobre erro grosseiro na atuação de agentes públicos e pareceristas
- Responsabilidade pela manifestação e limites decorrentes das informações técnicas que instruem o processo

#### ▣ **NOVAS ATRIBUIÇÕES DA ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 14.133/2021**

- O papel da Assessoria Jurídica no sistema de controle das contratações previsto no art. 169 da Lei nº 14.133/2021
- Controle prévio de legalidade e natureza da manifestação jurídica sobre os artefatos da contratação
- Hipóteses e limites para dispensa da análise jurídica prévia e os reflexos da eventual omissão
- Extensão da análise jurídica sobre DFD, ETP, plano de trabalho, pesquisa de preços, Termo de Referência e demais artefatos da fase preparatória
- Delimitação entre aspectos submetidos ao exame jurídico e matérias de responsabilidade das áreas técnicas
- Análise jurídica de editais elaborados a partir de minutas padronizadas
- Consequências jurídicas da publicação de edital sem prévia submissão ou aprovação da Assessoria Jurídica
- Utilização do parecer jurídico pela autoridade competente como motivação per relationem
- Reexame da matéria e hipóteses de solicitação de nova manifestação jurídica pela autoridade competente

#### ▣ **ASSESSORAMENTO JURÍDICO DURANTE A LICITAÇÃO E A EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- Atuação consultiva da Assessoria Jurídica para apoio aos agentes responsáveis pela contratação
- Consultas formuladas pelos agentes da contratação à luz do art. 117, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022
- Delimitação entre orientação jurídica e transferência de competências decisórias ou operacionais para a Assessoria Jurídica
- Boas práticas para organização e funcionamento dos órgãos de assessoramento jurídico

## **MÓDULO III – ESTRUTURAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PARECER JURÍDICO**

### **▣ ESTRUTURA DO PARECER JURÍDICO**

- Preâmbulo e cabeçalho: identificação da manifestação e do objeto submetido à análise
- Ementa: função, conteúdo e técnicas de elaboração
- Sumário e organização interna do parecer
- Relatório: delimitação dos fatos, documentos e questões submetidas à análise
- Análise jurídica e fundamentação: organização dos argumentos e construção do raciocínio jurídico
- Dispositivo e conclusão: resposta às questões examinadas, recomendações, condicionantes e encaminhamentos
- Coerência entre relatório, fundamentação e conclusão

### **▣ METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PARECE**

- Identificação e delimitação do problema jurídico a ser enfrentado
- Separação entre questões jurídicas, técnicas e administrativas
- Definição dos pontos que exigem aprofundamento da análise
- Pesquisa da legislação, jurisprudência, doutrina e precedentes aplicáveis
- Seleção e avaliação crítica das fontes utilizadas
- Definição da tese jurídica e construção da linha argumentativa
- Elaboração da primeira versão do parecer
- Revisão jurídica, argumentativa e textual
- Verificação da correspondência entre os problemas identificados e as conclusões apresentadas

### **▣ BOAS PRÁTICAS DE REDAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO**

- Clareza, precisão e objetividade na linguagem jurídica
- Fundamentação adequada à complexidade e aos riscos da matéria examinada
- Distinção entre descrição dos fatos, interpretação jurídica e conclusão do parecerista
- Tratamento de divergências doutrinárias e jurisprudenciais
- Formulação de ressalvas, condicionantes e recomendações
- Uso adequado das expressões s.m.e. e s.m.j.
- Conteúdos e formulações que devem ser evitados no parecer jurídico
- Caracterização e prevenção do parecer inepto ou inconclusivo

## ▣ CITAÇÕES, REFERÊNCIAS E ORGANIZAÇÃO DAS FONTES

- Regras aplicáveis às citações e referências utilizadas em pareceres jurídicos
- Citações diretas e indiretas
- Citações curtas e longas
- Referência a diferentes obras do mesmo autor
- Obras com múltiplos autores
- Citação de citação
- Cuidados com fidelidade, contexto e identificação das fontes utilizadas

## ▣ **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PARECERES**

- Uso da IA para auxiliar na identificação e delimitação das questões jurídicas presentes no processo
- Organização dos fatos e documentos relevantes para construção do relatório
- Apoio à estruturação do roteiro de análise e dos pontos que deverão ser enfrentados na fundamentação
- IA como instrumento auxiliar de pesquisa jurídica e os cuidados com a validação de legislação, jurisprudência, doutrina e referências apresentadas
- Uso da IA para confrontar a fundamentação desenvolvida com possíveis argumentos contrários e interpretações alternativas
- Revisão crítica do parecer: identificação de lacunas argumentativas, contradições, conclusões sem fundamentação e questões relevantes não enfrentadas
- Verificação da correspondência entre relatório, fundamentação e conclusão
- Apoio à revisão textual sem descaracterização do raciocínio e da autoria do parecerista
- Limites do uso da IA na elaboração de manifestações jurídicas e responsabilidade do profissional pelo conteúdo produzido

## **MÓDULO IV – ANÁLISE CRÍTICA DOS ARTEFATOS DE PLANEJAMENTO E DO EDITAL**

### ▣ **ARTEFATOS DA FASE PREPARATÓRIA E SUA FUNÇÃO NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

- Documento de Formalização da Demanda (DFD): finalidade, conteúdo e relação com o planejamento da contratação
- Estudo Técnico Preliminar (ETP): função, conteúdo e elementos sujeitos à análise crítica
- Anteprojeto, Projeto Básico, Projeto Executivo e Termo de Referência: conceitos, características, funções e distinções
- Encadeamento lógico entre os diferentes artefatos da contratação
- Coerência entre necessidade administrativa, solução escolhida, especificação do objeto e condições estabelecidas para a contratação
- Delimitação da extensão da análise jurídica sobre os aspectos técnicos constantes dos artefatos

### ▣ **DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO**

- Enquadramento do objeto como bem ou serviço comum ou especial e seus efeitos sobre o procedimento de contratação
- A singularidade dos serviços no regime da Lei nº 14.133/2021
- Especificação do objeto e limites à inclusão de características potencialmente restritivas à competição
- Hipóteses que admitem indicação de marca e respectivos requisitos de motivação
- Indicação de marca e seus possíveis reflexos sobre a exclusividade do objeto
- Princípio do parcelamento e justificativas para reunião de itens em lotes ou contratação global
- Definição de prazos compatíveis com a complexidade do objeto e das obrigações contratuais

#### ▣ **CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- Fixação de preços máximos unitários e global
- Orçamento sigiloso, valor estimado e preço máximo da contratação
- Parâmetros e critérios para análise da exequibilidade das propostas
- Exigência de credenciamento do licitante junto ao fabricante e seus limites
- Exigência de amostras e realização de prova de conceito (PoC)
- Exigência de laudos técnicos, certificações, homologações e registros de produtos: pertinência, proporcionalidade e limites
- Negociação com o autor da melhor proposta e sua disciplina no edital

#### ▣ **REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO E COMPETITIVIDADE**

- Limites e requisitos para restrição à participação de empresas reunidas em consórcio
- Participação de cooperativas e hipóteses de restrição
- Identificação de cláusulas potencialmente restritivas à competitividade
- Exigência de carta de credenciamento ou de fazer parte da rede credenciada do fabricante
- Necessidade de motivação das condições que possam limitar o universo de potenciais licitantes

#### ▣ **PESQUISA DE PREÇOS E CONTROLE JURÍDICO DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

- Delimitação entre aspectos técnicos da pesquisa de preços e matérias submetidas à análise jurídica
- Verificação da observância dos requisitos normativos aplicáveis à formação do orçamento estimado
- Fundamentação da metodologia e das fontes adotadas e limites da atuação do parecerista sobre os valores apurados
- Identificação de inconsistências capazes de repercutir na legalidade do procedimento

#### ▣ **OUTROS PONTOS SENSÍVEIS DA ANÁLISE DO EDITAL**

- Utilização da forma presencial e requisitos de motivação e publicidade
- Disciplina editalícia relacionada à desconsideração da personalidade jurídica e ao regime previsto no art. 160 da Lei nº 14.133/2021
- Compatibilidade entre as disposições do edital, os artefatos da fase preparatória e a minuta contratual

#### ▣ **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ANÁLISE DOS ARTEFATOS E DO EDITAL**

- Análise cruzada de DFD, ETP, Termo de Referência/Projeto Básico e edital para identificação de divergências, omissões e contradições
- Verificação da rastreabilidade da contratação: identificação da correspondência entre a necessidade inicialmente registrada, a solução escolhida, os requisitos do objeto e as regras estabelecidas no edital
- Identificação assistida de cláusulas potencialmente restritivas à competitividade e localização das respectivas justificativas nos autos
- Análise crítica das exigências de qualificação técnica, certificações, credenciamentos, amostras e provas de conceito à luz das características efetivamente descritas para o objeto
- Comparação entre exigências do edital e os fundamentos apresentados no ETP e no Termo de Referência
- Utilização da IA para construção de checklists de análise específicos para o objeto e para os riscos da contratação, evitando listas genéricas de mera conferência documental
- Comparação automatizada entre versões de artefatos e editais para identificação das alterações realizadas e avaliação de seus reflexos jurídicos
- Utilização da IA como revisor crítico do processo, orientada a procurar lacunas, contradições e questões que possam ter passado despercebidas na primeira análise

- Geração de relatório preliminar de achados para posterior avaliação e classificação pelo assessor jurídico ou analista de Controle Interno

## **MÓDULO V – ANÁLISE JURÍDICA DOS ATOS DA FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **▣ IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS**

- Regime jurídico das impugnações e dos pedidos de esclarecimentos
- Prazos para apresentação e resposta
- Tratamento das impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentados intempestivamente
- Dever de apreciação de questões que revelem possíveis ilegalidades ou irregularidades, independentemente da tempestividade da provocação
- Efeitos das respostas e esclarecimentos sobre as regras do certame e necessidade de eventual alteração do edital

### **▣ ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- Momento adequado para aplicação do preço máximo e análise da jurisprudência do TCU sobre a matéria
- Distinção entre preço máximo, valor estimado e critérios de aceitabilidade da proposta
- Identificação e tratamento das propostas com indícios de inexequibilidade
- Diligências destinadas à demonstração da exequibilidade da proposta
- Limites da atuação da Administração na aferição da exequibilidade
- Desclassificação da proposta e necessidade de adequada motivação

### **▣ HABILITAÇÃO E IDENTIDADE EMPRESARIAL**

- Participação da matriz ou filial e correspondência dos documentos de habilitação com o estabelecimento participante da licitação
- CNPJ da matriz e da filial nos documentos de habilitação e nos documentos fiscais
- Aproveitamento de atestados de capacidade técnica entre matriz e filial
- Análise da correspondência entre a experiência comprovada e a pessoa jurídica participante do certame

### **▣ FORMALISMO MODERADO, DILIGÊNCIAS E SANEAMENTO**

- Formalismo moderado e sua aplicação no julgamento das propostas e da habilitação
- ○ Dever de saneamento e aproveitamento dos atos praticados no procedimento
- ○ Distinção entre correção de falhas e apresentação posterior de condição que deveria existir no momento próprio
- ○ Limites para complementação, esclarecimento e correção de documentos
- ○ Diligência como instrumento de esclarecimento e saneamento e seus limites
- ○ Isonomia, competitividade e segurança jurídica na aplicação do formalismo moderado
- ○ Motivação das decisões de habilitação, inabilitação, classificação e desclassificação

#### ▣ **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ANÁLISE DA FASE DE SELEÇÃO**

- Comparação entre as exigências do edital e os documentos apresentados pelo licitante para identificação de requisitos atendidos, não atendidos ou que demandem esclarecimento
- Análise assistida de propostas para identificação de divergências em relação às especificações, condições e critérios de aceitabilidade estabelecidos no edital
- Identificação de indícios que justifiquem diligência, distinguindo-os de situações que possam conduzir diretamente à inabilitação ou desclassificação
- Análise comparativa entre documentos apresentados originalmente e aqueles posteriormente juntados em diligência, com identificação das informações acrescentadas, esclarecidas ou modificadas
- Apoio à análise de impugnações, pedidos de esclarecimentos e manifestações dos licitantes, identificando argumentos, fundamentos normativos e pontos que efetivamente precisam ser enfrentados pela Administração
- Verificação da coerência da decisão administrativa com as regras do edital e com os fundamentos registrados no processo
- Uso da IA como revisor crítico da motivação de decisões de habilitação, inabilitação, classificação ou desclassificação

#### ▣ **USO MALICIOSO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROTEÇÃO DA ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE TERCEIROS**

- Novos riscos decorrentes da utilização de IA na análise de propostas, documentos de habilitação e demais arquivos produzidos por terceiros
- Prompt injection: utilização de instruções inseridas em documentos com a finalidade de interferir no comportamento da ferramenta de IA
- Diferença entre o conteúdo que deve ser analisado e instruções que tentam induzir a IA a modificar sua tarefa
- Técnicas utilizadas para ocultar ou dissimular comandos em textos e documentos
- Instruções conflitantes, comandos incorporados ao conteúdo documental e tentativas de direcionamento da análise realizada pela IA
- Riscos associados a textos ocultos, conteúdo visualmente pouco perceptível e outras formas de mascaramento de instruções
- Cuidados na submissão a ferramentas de IA de documentos recebidos de licitantes ou outros terceiros
- Como instruir a IA a tratar o documento analisado exclusivamente como fonte de dados, e não como fonte de comandos
- Técnicas de construção de prompts defensivos contra instruções maliciosas contidas nos documentos analisados
- Separação entre instruções fornecidas pelo analista e conteúdo proveniente dos documentos submetidos à ferramenta
- Identificação e relato de possíveis tentativas de manipulação encontradas durante a análise
- Limites dos prompts defensivos: por que nenhuma instrução deve ser tratada como proteção absoluta contra ataques ou manipulações

## **MÓDULO VI – ANÁLISE JURÍDICA DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS**

### **▣ REGIME JURÍDICO DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS**

- Dispensa e inexigibilidade: pressupostos, diferenças e consequências jurídicas
- Instrução do processo de contratação direta e elementos necessários à sua fundamentação
- Motivação da escolha do contratado e justificativa do preço
- Controle jurídico dos pressupostos que afastam a realização da licitação
- O chamado “duplo enquadramento” e a orientação do TCU a partir do Acórdão nº 1.336/2006

### **▣ ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

- Critérios para aferição dos limites legais e aplicação do art. 75, § 1º

- Pressupostos da contratação emergência e o problema da emergência “fabricada”
- Regime de duração e possibilidade de prorrogação dos contratos emergenciais
- Contratação de instituição para organização e realização de concurso público e enquadramento no art. 75, XV
- Requisitos específicos da hipótese legal e limites de sua utilização

#### ▣ **ANÁLISE DOS PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

- Caracterização da inviabilidade de competição decorrente de exclusividade
- Meios admitidos pela Lei nº 14.133/2021 para comprovação da exclusividade
- Atestados de exclusividade e outros documentos comprobatórios
- Exclusividade territorial e exclusividade por prazo determinado: repercussões sobre a demonstração da inviabilidade de competição
- Registro do atestado de exclusividade em entidade de classe
- Dever da Administração de verificar a efetiva existência da condição de exclusividade
- Caracterização da exclusividade ilegítima
- Justificativa do preço nas contratações com fornecedores exclusivos
- Exclusividade ilegítima ou insuficientemente demonstrada
- Serviços predominantemente intelectuais: como reconhecer a presença da notória especialização
- Contratação indevida como inexigíveis de serviços que admitem competição
- Contratação de profissionais do setor artístico: o problema dos altos cachês de artistas consagrados

#### ▣ **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS**

- Utilização da IA para confrontar a justificativa apresentada pela Administração com os documentos que deveriam demonstrar os pressupostos da hipótese de dispensa ou inexigibilidade invocada
- Construção de matrizes específicas de verificação conforme a hipótese legal utilizada, evitando checklists genéricos de contratação direta
- Identificação de afirmações relevantes constantes das justificativas que não estejam acompanhadas de evidência documental nos autos
- Confronto entre justificativa da escolha do contratado, justificativa do preço e documentos utilizados para fundamentá-las

- Análise comparativa de documentos destinados a demonstrar exclusividade, notória especialização, situação emergencial ou demais pressupostos específicos da contratação

#### □ **IA NA IDENTIFICAÇÃO DE INDÍCIOS E PADRÕES DE IRREGULARIDADE**

- Análise de conjuntos de contratações para identificação de padrões potencialmente relacionados ao fracionamento de despesas
- Comparação cronológica de contratações, objetos, fornecedores, unidades demandantes e valores para seleção de situações que mereçam investigação humana
- Análise da sequência temporal dos fatos e documentos em contratações emergenciais para auxiliar na investigação das causas da emergência
- Comparação entre contratações sucessivas fundadas em exclusividade e os respectivos documentos comprobatórios
- Utilização da IA para formular hipóteses de investigação a partir dos achados, sem atribuir à ferramenta a conclusão sobre existência de fraude ou ilegalidade

## **MÓDULO VII – ANÁLISE JURÍDICA DA GESTÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

### □ **FORMALIZAÇÃO E REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS**

- Convocação do adjudicatário para celebração do contrato e consequências da recusa em contratar
- Obrigatoriedade do instrumento contratual e hipóteses de utilização de instrumentos substitutivos
- Quando usar o apostilamento no lugar do aditivo contratual
- Regras específicas de publicidade aplicáveis às obras e aos serviços de engenharia
- Contratos por escopo predefinido e contratos de execução contínua: caracterização e distinções
- Matriz de alocação de riscos como cláusula contratual: conteúdo, distribuição objetiva dos riscos e sua articulação com as demais disposições do contrato

### □ **DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS**

- Caracterização dos serviços e fornecimentos contínuos

- Definição do prazo inicial de vigência e limites da discricionariedade administrativa
- Prorrogação dos contratos de fornecimento contínuo e tratamento dos quantitativos contratados
- O regime de prorrogação automática nos contratos de escopo predefinido
- Formalização e registro da prorrogação automática
- Requisitos e instrução processual necessários à prorrogação contratual

#### ▣ **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

- Pressupostos materiais e requisitos processuais das alterações quantitativas e qualitativas
- Preservação da natureza e da identidade do objeto nas alterações qualitativas
- A questão do erro de projeto
- Critério de adjudicação e base de cálculo para as alterações quantitativas
- Limites legais aplicáveis às alterações contratuais e os efeitos do Acórdão TCU n.º 1.753/2026, Plenário
- Compensação entre acréscimos e supressões e jurisprudência do TCU
- Distinção entre alterações que exigem termo aditivo e modificações formalizáveis por apostilamento

#### ▣ **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

- Garantia constitucional de preservação das condições efetivas da proposta e equilíbrio econômico-financeiro
- Distinção entre correção monetária, reajuste, repactuação e revisão
- Correção monetária decorrente do atraso no pagamento pela Administração
- Necessidade de requerimento do contratado e discussão sobre preclusão do direito à correção monetária
- Tratamento da correção monetária na ausência de cláusula contratual específica
- Reajuste: modalidades, periodicidade e definição da data-base
- Reconhecimento de ofício do reajuste e discussão sobre preclusão lógica
- Repactuação nos contratos em que seja aplicável e seus pressupostos
- Revisão contratual e caracterização dos eventos capazes de justificar a recomposição extraordinária da equação econômico-financeira
- Variação cambial e análise de sua repercussão sobre o equilíbrio econômico-financeiro
- Instrução e análise dos pedidos de recomposição do equilíbrio contratual

## ▣ **GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- Pressupostos e motivação para adoção do Sistema de Registro de Preços
- Pressupostos e motivação para adoção do Sistema de Registro de Preços
- Planejamento dos quantitativos destinados ao órgão gerenciador, participantes e possíveis adesões
- Limites à adesão à Ata de Registro de Preços diante dos quantitativos previstos no procedimento originário
- Motivação do órgão gerenciador para aceitação de adesões externas
- Prorrogação da vigência da Ata e tratamento dos quantitativos registrados e dos saldos existentes
- Possibilidade e limites de alterações quantitativas e qualitativas no âmbito da Ata de Registro de Preços
- Remanejamento de quantitativos entre órgãos e entidades
- Pontos críticos para análise jurídica e controle da gestão das Atas de Registro de Preços

## ▣ **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

- Papel da Assessoria Jurídica no processo administrativo sancionatório
- Papel da Assessoria Jurídica no processo administrativo sancionatório
- Delimitação entre instrução, manifestação jurídica e decisão sancionatória
- Elementos relevantes para a dosimetria das sanções administrativas
- Motivação, proporcionalidade e individualização da sanção
- Soluções consensuais e possibilidade de tratamento dialogado dos conflitos surgidos durante a execução contratual
- Utilização da arbitragem e de outros meios alternativos de resolução de controvérsias nos contratos administrativos
- Limites jurídicos à substituição ou afastamento de sanções mediante soluções consensuais

## ▣ **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À GESTÃO CONTRATUAL**

- Utilização da IA para reconstrução da linha do tempo contratual a partir dos documentos constantes do processo
- Cruzamento entre contrato, termos aditivos, apostilamentos e registros da execução para identificação de divergências e alterações relevantes
- Comparação entre o contrato original e suas sucessivas alterações, com identificação dos efeitos acumulados sobre objeto, quantitativos, valores e prazos

- Confronto entre as modificações realizadas e os fundamentos e documentos que as justificaram
- Organização e confronto dos elementos de pedidos de reajuste, repactuação e revisão com as disposições contratuais e os documentos apresentados
- Conferência de valores, datas-base, índices e memórias de cálculo, com validação das premissas e resultados pelo profissional
- Leitura e interpretação de planilhas de composição de custos, com identificação de seus componentes, critérios de cálculo e relações entre as diferentes rubricas
- Comparação entre planilhas apresentadas em diferentes momentos da execução contratual, identificando alterações de custos e seus impactos sobre o valor do contrato
- Identificação de inconsistências, erros de cálculo e variações que mereçam aprofundamento da análise
- Simulação e conferência dos efeitos financeiros decorrentes de reajustes, repactuações e revisões contratuais
- Uso da IA para identificação, organização e análise dos riscos associados ao objeto e apoio à construção da matriz de alocação de riscos
- Uso da IA para apoio à elaboração e revisão de cláusulas contratuais, considerando as características do objeto, os riscos identificados e os demais artefatos da contratação

## Professor

# Luiz Claudio Chaves



Administrador Público e Jurista, pós-graduado em Direito Administrativo. Assessor Especial para Contratações de STIC do Tribunal de Justiça/RJ, onde é servidor de carreira, com mais de 30 anos de serviço. É Professor da Pós-graduação em Direito da UERJ, da Fundação Getúlio Vargas-FGV/PROJETOS e da PUC-RIO, além de diversas instituições de ensino e Escolas de Governo do País, dentre as quais destacam-se: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Escola de Administração Judiciária – ESAJ/TJRJ, Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR/IBAM. Autor, dentre outras, das seguintes obras: Curso Prático de Licitações, os segredos da Lei 8.666/93, Lumen Juris, 2011; Licitação Pública, Compra e Venda governamental Para Leigos, Alta Books, 2016; Gerenciamento de Riscos nas Aquisições e Contratações de Serviços da Administração Pública, ed. JML, 2020; A Atividade de Planejamento e Análise de Mercado nas Contratações Governamentais, 2ª. ed. Fórum, 2023; e, Como fixar os requisitos de qualificação técnica nas licitações da administração pública, ed. Fórum, 2022. É articulista nos principais periódicos especializados em Licitações e Contratos, destacando-se, dentre eles a Revista do Tribunal de Contas da União-RTCU; Fórum de Contratações e Gestão Pública-FCCP/FÓRUM; Informativo de Licitações e Contratos-ILC/Zênite; e Revista JML de Licitações e Contratos-RJML/JML. Membro do Conselho Editorial da Revista SÍNTESE – Direito Administrativo, ed. IOB.

## Locais, Datas e Investimento:

### Presencial:

- **Fortaleza - CE: 23 a 25/09/26**
  - **Carga Horária:** 21 horas
  - **Local:** Hotel Luzeiros - Av. Beira Mar, 2600 - Meireles, Fortaleza - CE, 60165-121
  - **Investimento:** R\$ 3.990,00
    - **Incluso:** apostila impressa e material de apoio (pasta, caneta, bloco de notas), coffee-break, almoço, certificado.
- **Recife - PE: 09 a 11/12/26**
  - **Carga Horária:** 21 horas

- **Local:** Radisson Hotel Recife - Av. Boa Viagem, 1906 - Boa Viagem, Recife - PE, 51011-001
- **Investimento:** R\$ 3.990,00
  - **Incluso:** apostila impressa e material de apoio (pasta, caneta, bloco de notas), coffee-break, almoço, certificado.

## Dados da Consultre

**\*Estamos cadastrados no SICAFI.**

**Certidões:** <http://www.consultre.com.br/certidoes>

**Razão Social:** CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.

**CNPJ:** 36.003.671/0001-53 - **Insc. Estadual:** Isento - **Insc. Municipal:** 24.687-0

**Endereço:** Av. Champagnat, 645, Ed. Palmares, Sl.301 - Centro - Vila Velha – ES – Cep. 29.100-011

**Telefone:** (27) 3340-0122 - **WhatsApp:** (27) 9 8179-1115

**E-mail:** [consultre@consultre.com.br](mailto:consultre@consultre.com.br) - **Site:** [www.consultre.com.br](http://www.consultre.com.br)

## Dados para pagamento

O pagamento poderá ser efetuado por meio de depósito, DOC ou ordem bancária na seguinte conta:

**Banco:** Banco do Brasil - **Agência:** 1240-8 - **Conta Corrente:** 105.895-9

**Favorecido:** CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

**CNPJ:** 36.003.671/0001-53).

## Informações importantes

**Atenção:** Solicitamos que aguarde a confirmação oficial da realização do curso, a ser enviada por nossa equipe via e-mail, antes de efetuar a compra de passagens ou a reserva de hospedagens.

## Sobre a Consultre

Há mais de 30 anos no mercado, a Consultre é referência nacional em cursos para a Administração Pública. Saiba mais em <https://www.consultre.com.br/nossa-historia/>

**A CONSULTRE EM NÚMEROS**

**34 +132000 +8000**

;